

INDICADORES PARA MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Dimensão 2 – Renda e Condições de Vida

Prof. Dr. José Giacomo Baccarin
Pós-Graduando Adriano Ezequiel Fonseca
FCAV - UNESP, Campus Jaboticabal (SP)

1 - Introdução

2 – Renda Média e Concentração de Renda

3 – Atividade Econômica, Salário e Ocupação

4 – Transferências Governamentais

5 - Inflação de Alimentos

6 – Considerações Finais

7 – Bibliografia

1 - Introdução

O II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) aponta a necessidade do monitoramento de sua execução. Para tanto, sugere que se avaliem indicadores de seis dimensões:

1. Produção e Disponibilidade de Alimentos
- 2. Renda e Condições de Vida**
3. Acesso à Alimentação Adequada e Saudável, Incluindo Água
4. Saúde e Nutrição
5. Educação
6. Programas e Ações Relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional

Na discussão aqui feita dos indicadores, é considerada a situação do Brasil como um todo e, na medida do possível, analisados dados e informações específicos para os estados do Paraná e São Paulo.

Nesta apresentação são abordados indicadores da Dimensão 2 - **Renda e Condições de Vida.**

1 – Introdução

A produção e disponibilidade de alimentos indicam o potencial do que pode ser consumido por determinada população.

Contudo, é importante sempre ter em conta que o acesso aos alimentos não é igual para todos indivíduos e, predominantemente, depende da renda que recebem. Algo óbvio, mas que não se pode esquecer, é que quem é mais rico pode se alimentar com mais abundância e diversidade do que quem é mais pobre.

Ao tratar da renda de uma população, além da renda média ou *per capita*, deve-se considerar a forma como ela é distribuída entre seus integrantes. Se dois países têm a mesma *renda per capita*, naquele em que a renda é mais concentrada tenderá a haver mais dificuldade de acesso à alimentação pelos mais pobres.

Grande parte da renda dos indivíduos resulta de suas atividades laborativas ou de seus patrimônios. Ela sofre flutuações com o desempenho econômico do país, se reduzindo em momentos de recessão ou crise.

1 – Introdução

É bastante comum que os indivíduos recebam complementação de renda, via transferências governamentais. Podem-se considerar aqui, as aposentadorias e pensões, seguro desemprego, bolsa de estudo e aprendizagem, suplementação de renda para os mais pobres, idosos, pessoas com deficiência etc.

A capacidade de compra de determinada renda nominal apresenta dependência dos preços dos produtos e serviços consumidos. No caso dos alimentos e alimentação, é importante que se acompanhe a evolução de seus preços em relação aos demais preços pagos pelos consumidores. Alimentos e refeições mais caros, em termos reais, prejudicam relativamente os mais pobres. São estes que gastam parcela mais significativa de suas rendas com alimentação.

Os pontos acima relatados serão desenvolvidos nas seções seguintes. Ainda que esta questão não seja aqui abordada, deve-se atentar que as condições de vida, moradia, acesso à saúde e educação, ao transporte público, às infraestruturas sociais, direta ou indiretamente, têm efeitos sobre a capacidade da renda dos indivíduos garantir o acesso à alimentação regular e saudável.

2 – Renda Média e Concentração de Renda

O Gráfico 1 registra o crescimento da renda per capita dos brasileiros, entre 1991 e 2014. Em período de 23 anos, ela cresceu quase 2,5 vezes, o que é positivo.

Contudo, não se pode esquecer que, historicamente, a renda no Brasil tem apresentado altos níveis de concentração. Isto pode ser medido através de indicadores sintéticos, como o Índice de Gini. Quando ele é igual a 1,0, ocorre a concentração absoluta de renda. Quando 0,0, a distribuição é perfeita. Valores de Índice de Gini acima de 0,4 são considerados muito altos.

O Gráfico 2 mostra que houve uma evolução positiva no Índice de Gini no Brasil, entre 2001 e 2015, embora ele continue extremamente alto.

Com dados do IBGE (2013), pode-se associar a melhoria da distribuição de renda no Brasil ao crescimento diferenciado da renda por faixa populacional. Entre 2001 e 2012, o crescimento da renda dos 20% mais pobres no Brasil foi 6,2%, contra 2,0% nos 20% mais ricos. Nas faixas intermediárias, o crescimento foi de 5,5% no segundo quintil, 4,7% no terceiro e 3,6% no quarto quintil.

Gráfico 1: Renda Per Capita no Brasil, em Reais, 1991 a 2014.

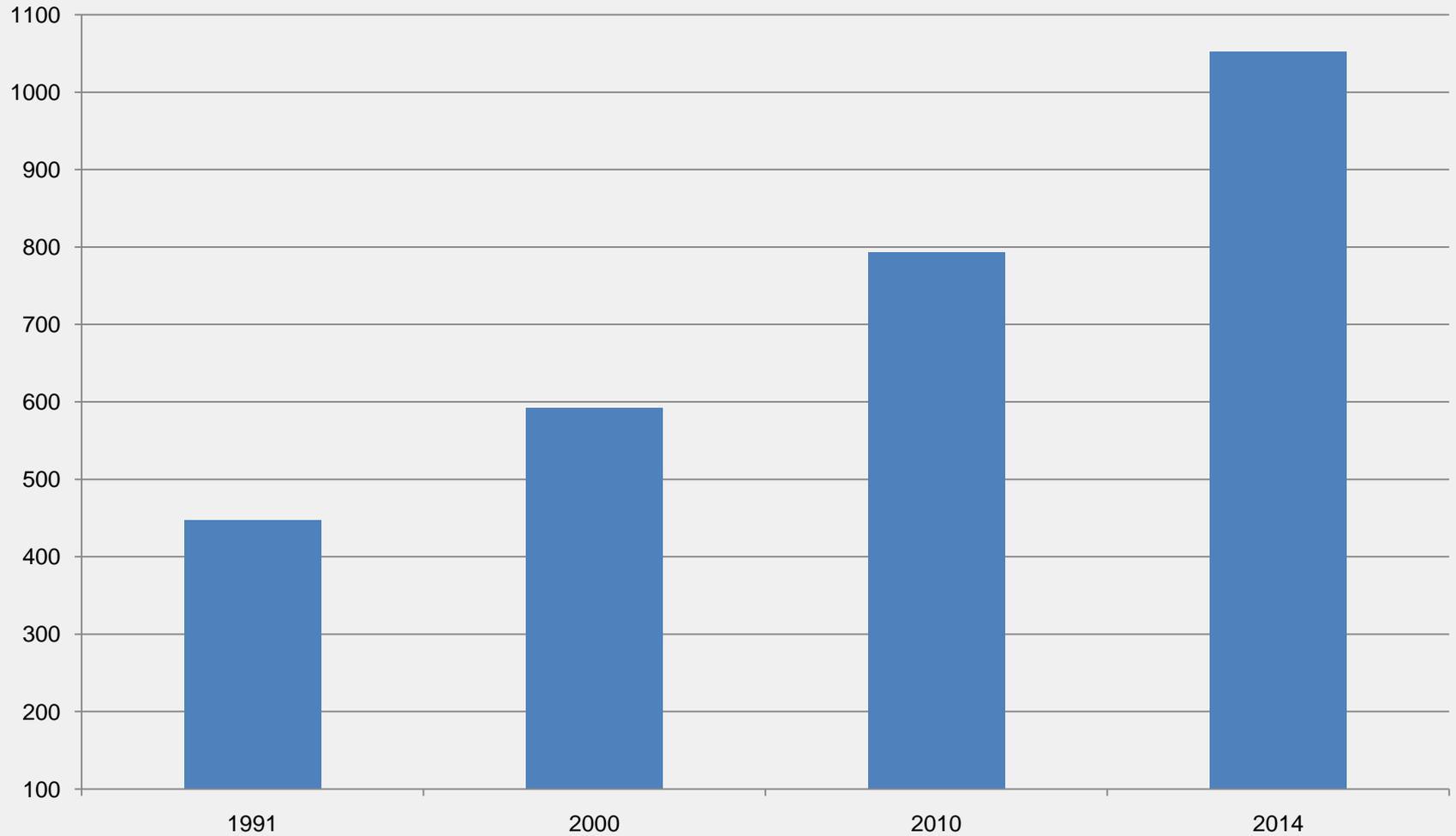
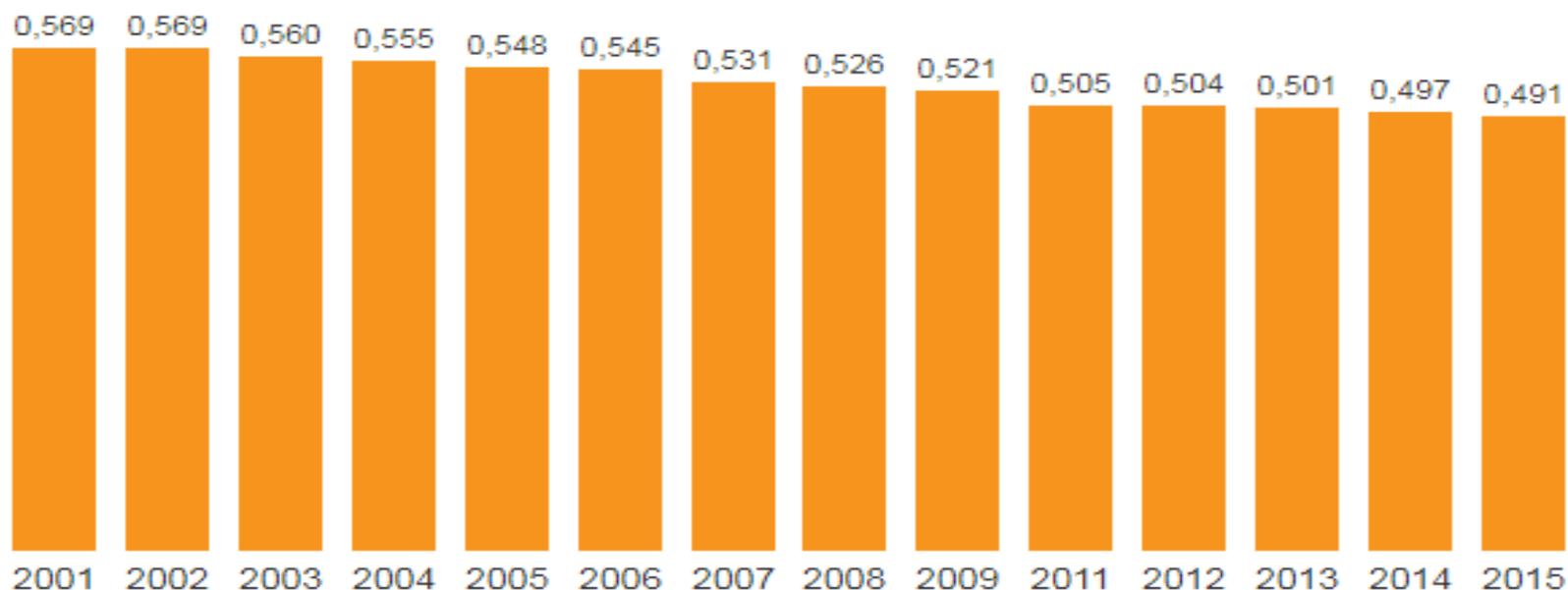


Gráfico 2 – Índice de Gini da Renda no Brasil, 2001 e 2015.

ÍNDICE DE GINI

Quanto mais perto de zero menor a desigualdade

Brasil ▼



*Não houve Pnad em 2010; dados harmonizados pelo IBGE entre 2001 e 2003. Amostra foi expandida em 2004, com inclusão de áreas rurais da Região Norte

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

2 – Renda Média e Concentração de Renda

A participação de faixas populacionais na renda é outra forma de medir sua distribuição. Assim como a análise da situação de grupos populacionais específicos e estimativa do número de pobres e extremamente pobres. A Tabela 1 traz dados para Brasil, São Paulo e Paraná.

São Paulo, em especial, e Paraná apresentam condição social menos desfavorável que o Brasil. As rendas *per capita* paulista e paranaense são maiores que a brasileira, enquanto a participação de pobres e extremamente pobres e o Índice de Gini são menores.

Entre os negros, a renda *per capita* se mostra próximo a 50% da renda *per capita* dos brancos. As mulheres também têm renda *per capita* menor que os homens, embora a diferença não seja tão drástica como a entre brancos e negros.

Ainda segundo o IBGE, a porcentagem de extrema pobreza é muito maior na área rural, atingindo 46,7% de sua população, contra 15,2% da população brasileira toda. Nos indígenas, constata-se percentual de 40% em extrema pobreza.

Tabela 1 - Indicadores de Renda e Condições de Vida do Brasil, São Paulo e Paraná, 2010.

Indicadores	Brasil	São Paulo	Paraná
Renda per capita (R\$)	1.052	1.432	1.210
negros	509	635	573
brancos	1.097	1.312	1.012
% extremamente pobres*	6,62	1,16	1,96
% de pobres*	15,20	4,66	6,46
Índice de Gini ¹	0,501	0,472	0,464

Proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$70,00 para extremamente pobres e igual ou inferior a R\$140,00 para pobres em Agosto de 2010.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Continuada 2014.

(1) Dados do Índice Gini referente a 2013.

3 – Atividade Econômica, Salário e Ocupação

A expansão da atividade econômica e da população implica em mudanças na renda per capita. O Gráfico 3 aponta que, após 2013, a renda per capita no Brasil caiu, mais fortemente em 2015 e 2016. Reflexo da recessão que se instalou no País;

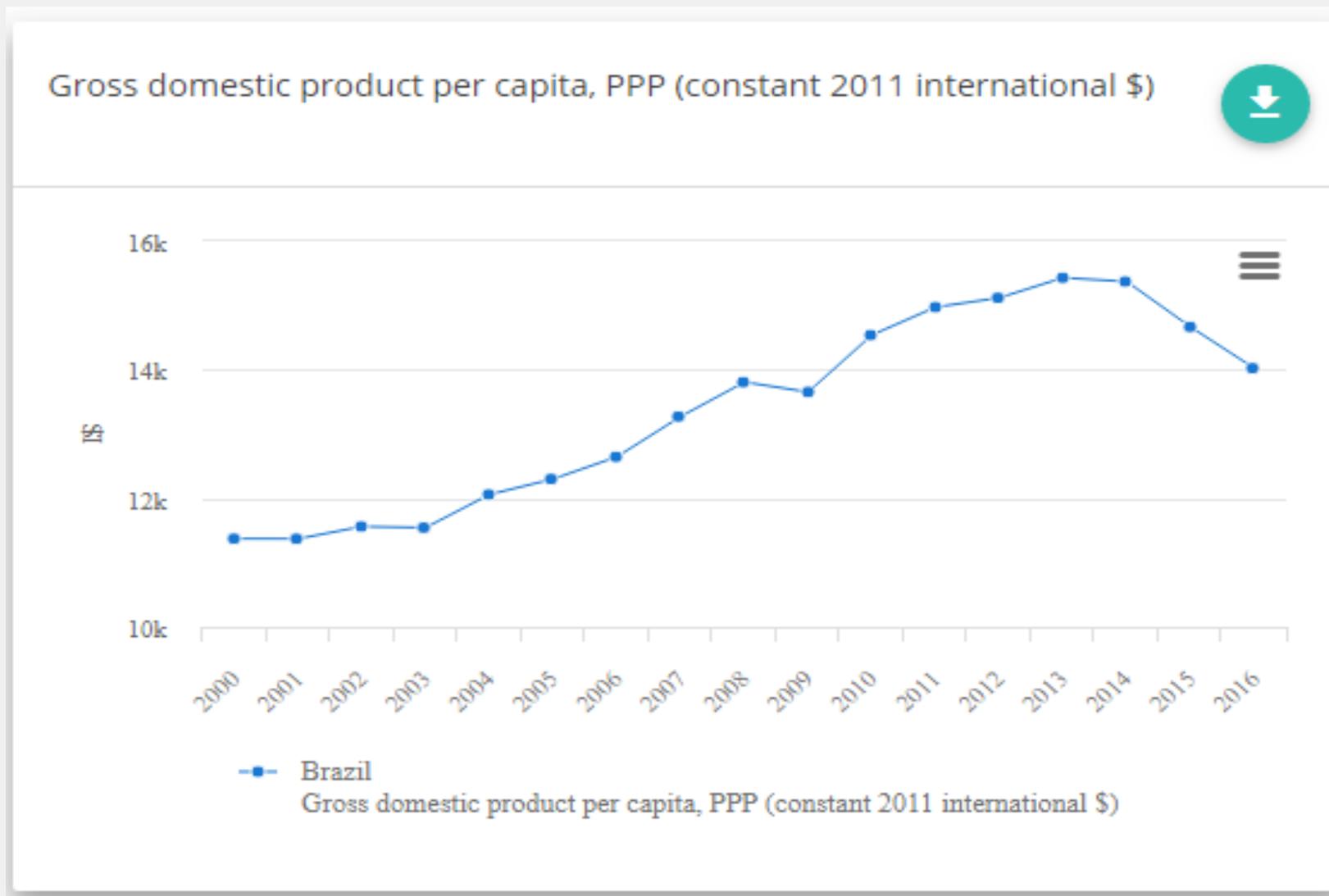
A queda da renda per capita atinge a todos, mas é mais sentida pelos que ficam desocupados ou desempregados. Muitos chegam a ter suas rendas zeradas;

O Gráfico 4 mostra que a desocupação praticamente dobrou entre 2014 e 2017 no Brasil, nos estados de São Paulo e Paraná e nas cidades de Curitiba e São Paulo. Observe-se que a desocupação é maior nas capitais do que em seus respectivos estados;

No Gráfico 5 percebe-se que o rendimento do trabalho no Brasil vinha crescendo entre 2007 e 2014 e caiu em 2015. Percebe-se também que o rendimento médio dos homens é bem superior ao das mulheres;

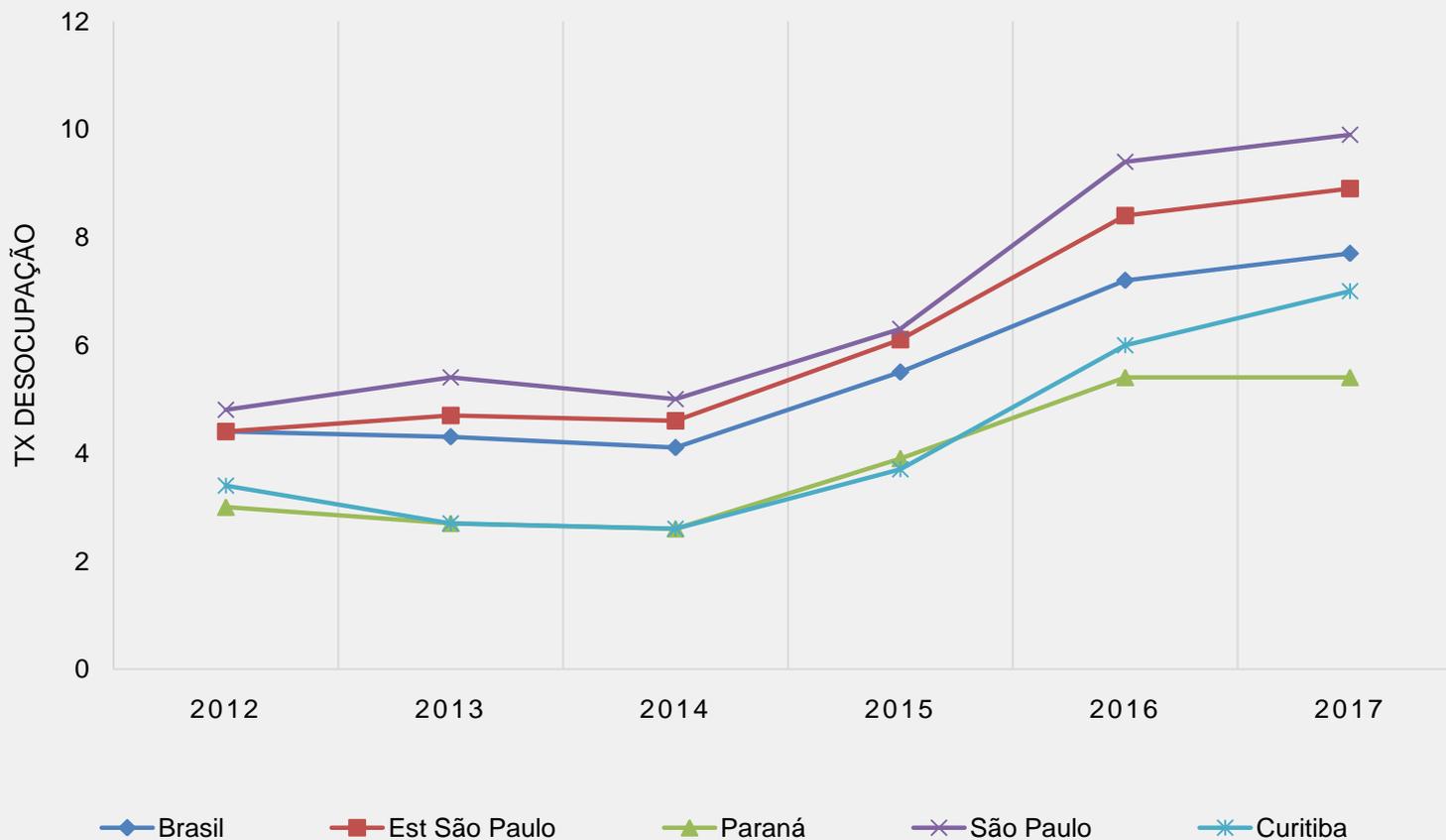
No Gráfico 6 vê-se que a massa salarial na Região Metropolitana de São Paulo cresceu fortemente entre 2003 e 2014, acima da massa de todos os rendimentos. Após, houve forte queda.

Gráfico 3 – Renda per capita, em paridade de poder de compra, Brasil, 2000-2016.



FONTE: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/21>.

**GRÁFICO 4 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO, TERCEIRO TRIMESTRE.
BRASIL, ESTADOS DO PARANÁ, E SÃO PAULO, CIDADES DE CURITIBA E SÃO
PAULO**

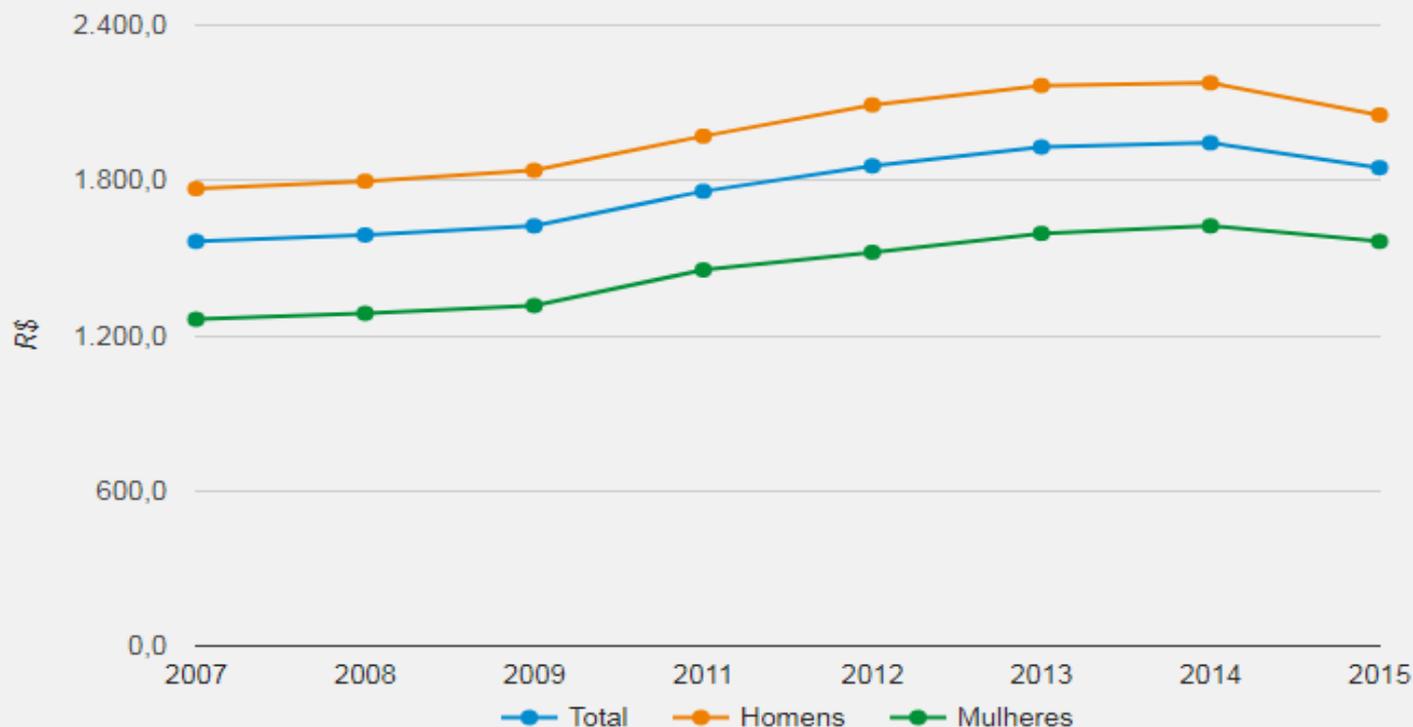


Fonte: IBGE (2018)

Gráfico 5 – Rendimento médio mensal do trabalho, Brasil, 2007 a 2015.

trabalho » rendimento de todos os trabalhos

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo - 2007/2015 .



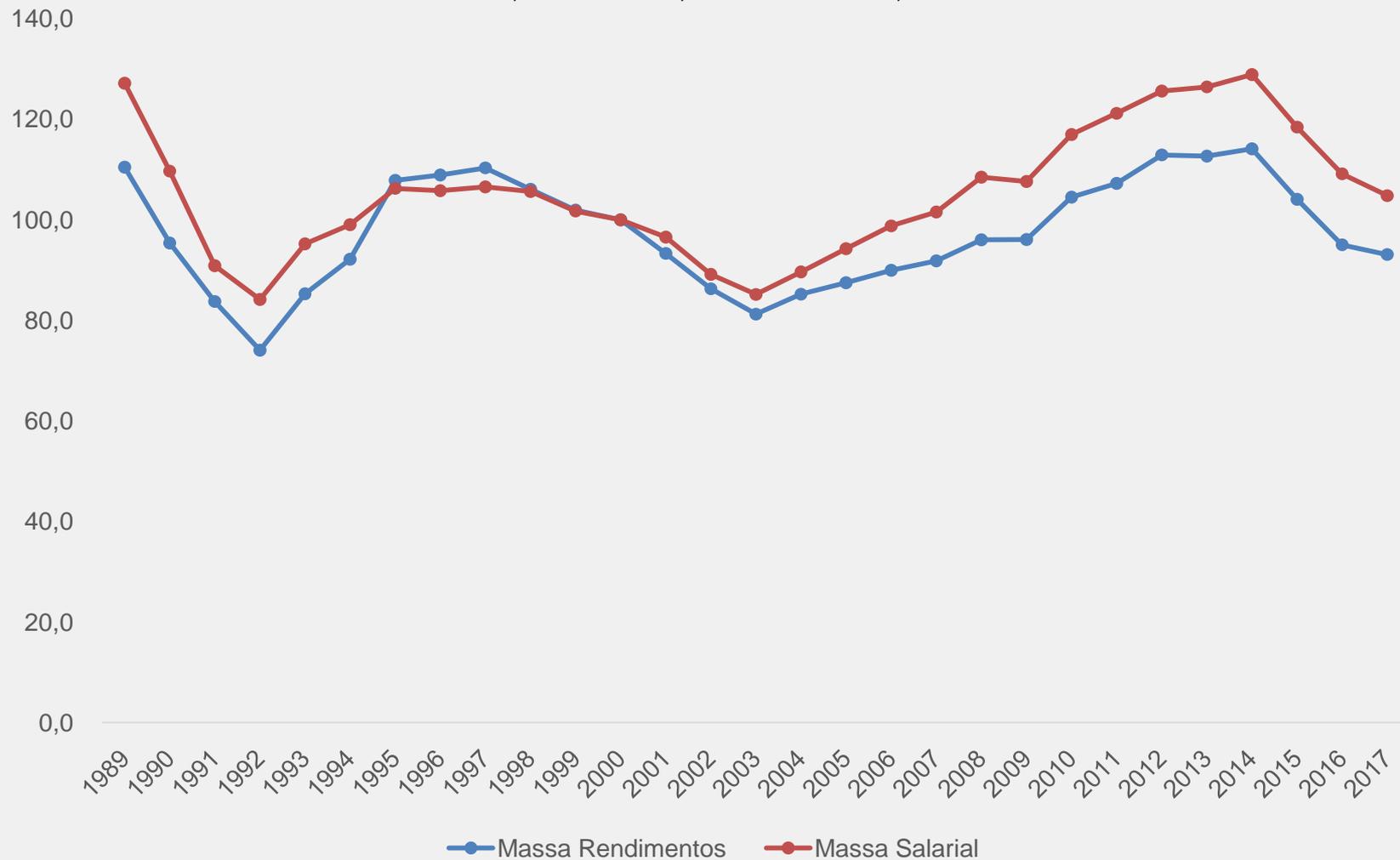
Ver tabela

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

Nota: ¹Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento mensal de todos os trabalhos.

²Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2015.

Gráfico 6 - Índice da Massa de Rendimentos e da Massa Salarial, Região Metropolitana de São Paulo, 1989 a 2017, em valores reais, base 2000.



Fonte: SÃO PAULO, 2018.

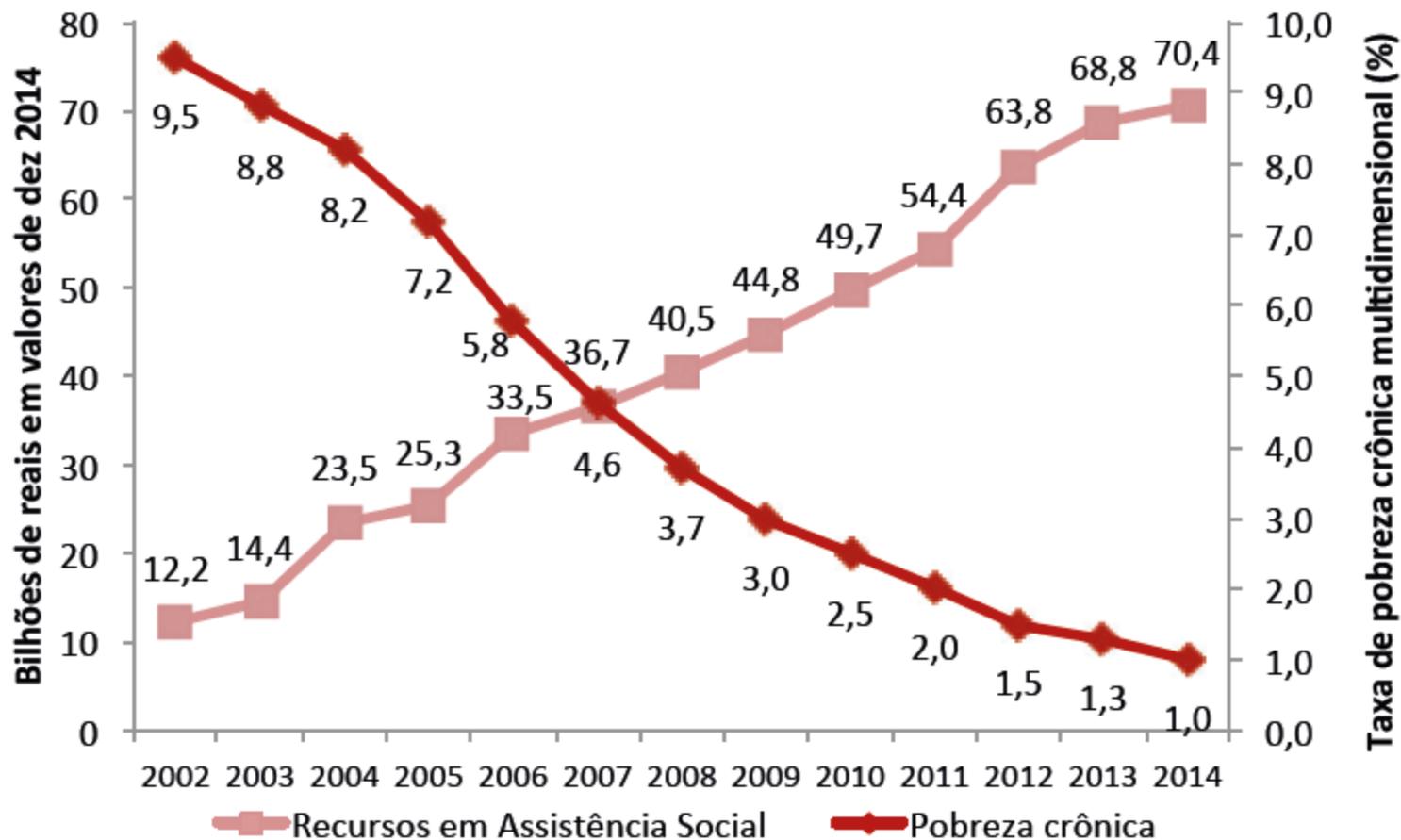
4 – Transferências Governamentais

No Gráfico 7 fica claro o quanto o aumento dos gastos com assistência social impactou na redução da extrema pobreza no Brasil entre 2002 e 2014;

Outra forma de verificar a importância dos gastos públicos no combate à pobreza no Brasil é analisar a composição de renda dos mais pobres no Brasil. Em valores corrigidos pela inflação, em 1992 o rendimento médio dos domicílios dos 10% mais pobres no Brasil era de R\$ 299, valor que passou para R\$ 659, em 2014, crescimento de 120%. O rendimento do trabalho aumentou em 53%, de R\$ 247 para R\$ 379; das aposentadorias e pensões em 51%, de R\$ 41 para R\$ 62 e dos programas (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada etc.), de R\$ 3 para R\$ 202, mais 6.633% (JANUZZI et al, 2016a).

A Tabela 2 traz informações dos benefícios do Programa Bolsa Família direcionados ao Paraná, São Paulo e Brasil. O Gráfico 8 mostra a evolução do Índice de Beneficiários do Programa.

Gráfico 7 – Recursos públicos na função assistência social e taxa de pobreza multidimensional crônica, Brasil, 2002 a 2014.



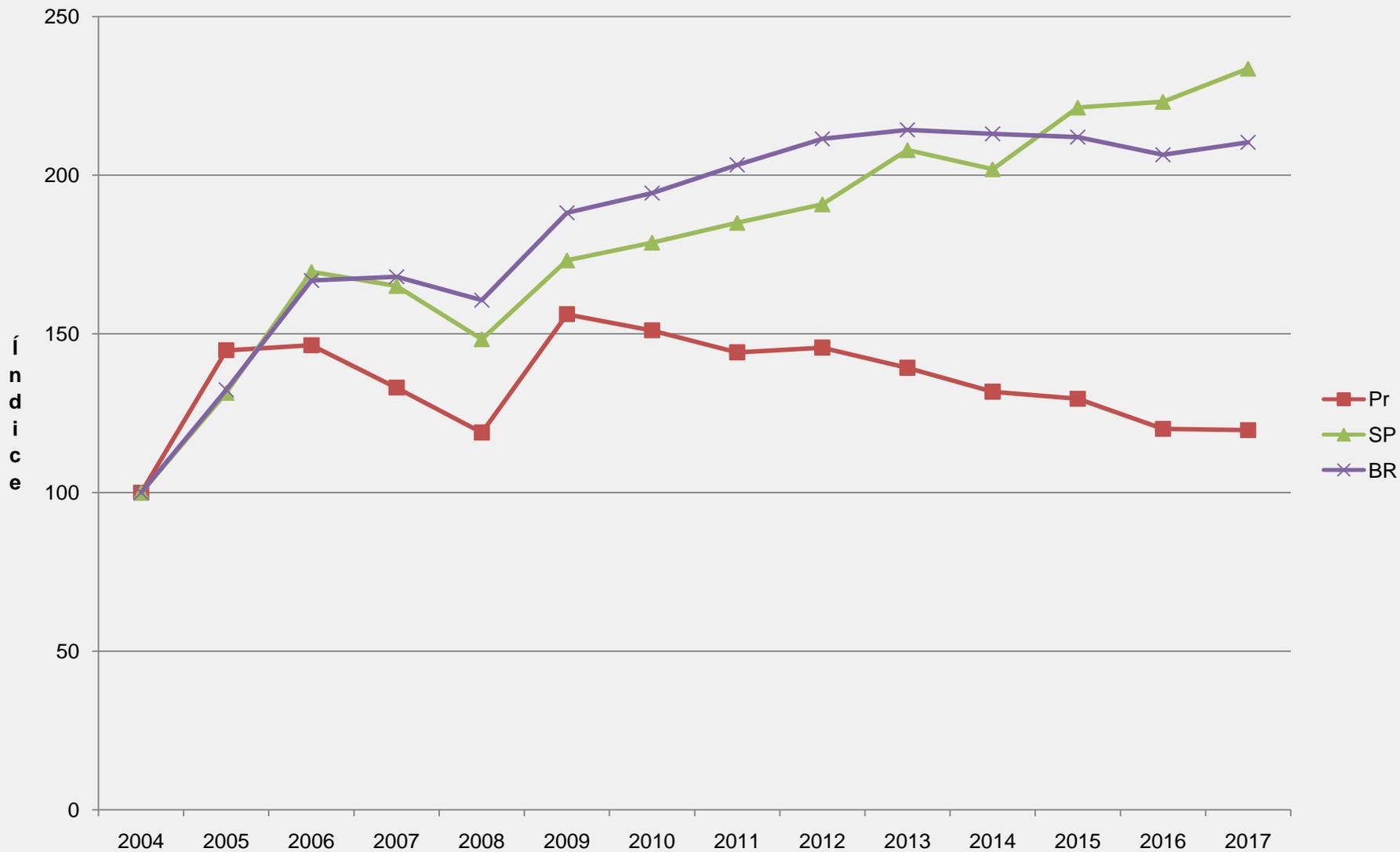
Fonte: JANNUZZI et al (2016).

Tabela 2 – Beneficiários e valor transferido pelo Bolsa Família, Paraná, São Paulo e Brasil, 2004 a 2017.

Ano	Número de Famílias			Valor Transferido (R\$ mil)		
	Paraná	São Paulo	Brasil	Paraná	São Paulo	Brasil
2004	308.754	657.099	6.571.839	137.030	305.757	3.791.785
2005	447.186	863.799	8.700.445	241.776	522.328	5.691.667
2006	452.172	1.114.328	10.965.810	289.350	673.245	7.524.661
2007	410.885	1.085.233	11.043.076	308.816	793.164	8.965.500
2008	367.247	974.803	10.557.996	332.727	910.879	10.606.500
2009	482.335	1.138.129	12.370.915	404.945	1.055.783	12.454.703
2010	466.607	1.174.844	12.778.220	466.014	1.145.282	14.372.703
2011	445.208	1.215.984	13.361.495	550.939	1.493.753	17.364.278
2012	449.794	1.254.284	13.902.155	634.769	1.785.146	21.156.745
2013	430.182	1.366.553	14.086.199	677.019	2.103.545	24.890.107
2014	406.918	1.327.024	14.003.441	697.128	2.334.974	27.187.295
2015	400.103	1.454.858	13.936.791	684.076	2.500.828	27.650.301
2016	370.796	1.466.681	13.569.576	680.975	2.682.409	28.506.185
2017	369.533	1.535.364	13.828.609	654.543	2.806.388	29.046.113

Fonte: MDS (2018).

Gráfico 8 – Índice do Número de Beneficiários do Bolsa Família, Paraná, São Paulo e Brasil, 2004 a 2017.



Fonte: MDS (2018).

5 – Inflação de Alimentos

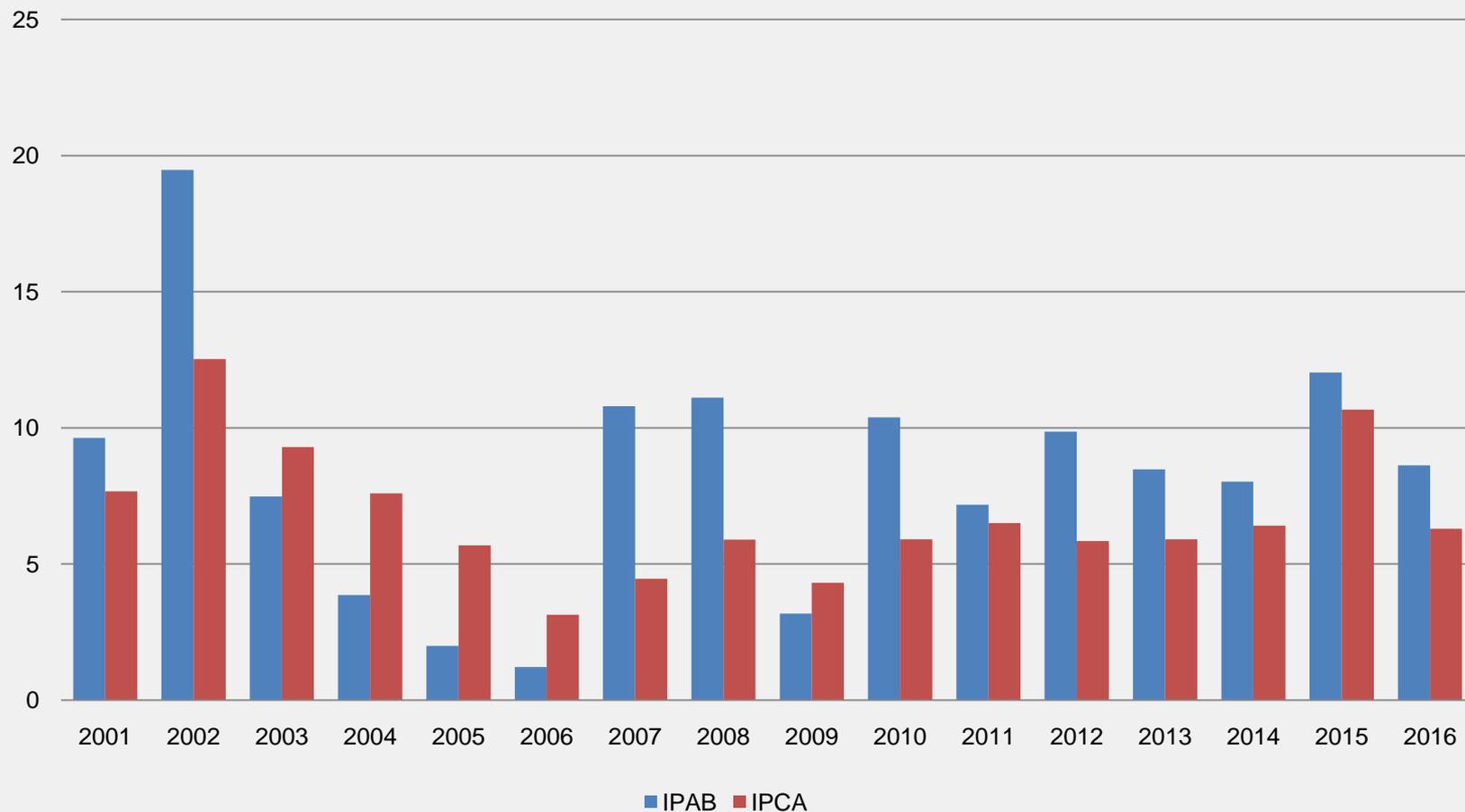
Como mostram os estudos da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), entre 1960 e 2000, os preços reais de produtos agropecuários destinados à alimentação reduziram em quase 50% no mundo. No século XXI, contudo isto se reverteu e o Índice de Preços de Alimentação da FAO tem apresentado tendência de crescimento, ainda que se verifiquem quedas em determinados meses ou anos (FAO, 2017);

Pelo fato do Brasil ter aumentado muito sua participação nos mercados internacionais agropecuários, o aumento mundial de preços acaba por se transmitir para o mercado nacional;

O Gráfico 9 mostra que, após 2007, o Índice de Preços de Alimentos e Bebidas (IPAB) cresceu acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em todos os anos, com exceção de 2009. O IPAB é um dos nove grupos componentes do IPCA e os resultados de 2007 a 2016 mostram que os preços de alimentos e bebidas, na média, cresceram acima dos outros preços ao consumidor no Brasil;

Uma informação complementar é que o preço dos alimentos no domicílio vem crescendo acima do dos alimentos fora do domicílio.

Gráfico 9 – Índice de Preços de Alimentação e Bebidas e Índice de Preços ao Consumidor Amplo, Brasil, 2001 a 2016.



Fonte: IBGE, 2018.

6 – Considerações Finais

No presente século, pelo menos até 2014, vários indicadores apontam para a melhoria da renda dos mais pobres. A massa salarial aumentou, cresceram gastos com assistência social, a concentração de renda caiu no Brasil. Muito provavelmente, tal situação impactou favoravelmente na Segurança Alimentar e Nutricional da população;

Mostram-se preocupantes os efeitos da atual crise econômica sobre os indicadores sociais, com destaque ao aumento da desocupação, queda da renda *per capita* e massa salarial. A nação não está livre de se defrontar com reversão nos indicadores de SAN e aumento nos índices de desnutrição.

No Brasil todo e no Paraná, o Programa Bolsa Familiar não tem sido usado como compensação à crise econômica, tendo-se verificado queda no número de beneficiários do Programa nos últimos anos.

Os preços dos alimentos têm mostrado evolução desfavorável, em termos sociais, aumentando mais que outros preços ao consumidor.

Bibliografia

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Matriz de Informação Social. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php. Acesso em 15 de agosto de 2018.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – CLARO, Rafael Moreira et al. Renda, preço dos alimentos e participação de frutas e hortaliças na dieta. Rev. Saúde Pública, São Paulo: v.41, n.4, ago. 2007.
- FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Fuerte aumento del índice de precios de los alimentos de la FAO. Disponível em <http://www.fao.org/news/story/es/item/219061/icode/>. Acesso em 5 de março de 2017.
- IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 34. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Rio de Janeiro: 2014.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>. Acesso em 15 de agosto de 2018.
- JANNUZZI, P. de M. et al (Org.). Brasil sem Miséria: resultados, institucionalidades, desafios. Cadernos de Estudo – Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, MDS, n. 25, 2016.
- JANNUZZI, P. de M. & SOUSA, M. F. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil, de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil sem Miséria e da estratégia brasileira de desenvolvimento inclusivo. In: JANNUZZI, P. de M. et al (Org.). Brasil sem Miséria: resultados, institucionalidades, desafios. Cadernos de Estudo – Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, MDS, n. 25, 2016a.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira. Disponível em <http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2018.
- PANIGASSI, Giseli et al. Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. Rev. Nutr., Campinas: v.21, pp.135-144, jul./ago., 2008